

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Período: 7º **Turmas:** Diurno e Noturno **Carga Horária:** 72 h/a

Professor/a: Osório Chalegre

Ano: 2022

EMENTA

A disciplina estuda a organização e funcionamento da Administração Pública Brasileira, por meio dos seguintes institutos: linhas gerais que definem o Direito Administrativo; a Administração Pública em paralelo com o Estado e o Governo; os Poderes e Princípios Administrativos, o Sistema Administrativo Brasileiro (central e descentralizado), os Atos Administrativos; Serviços Públicos; e, por fim, o Controle da Administração Pública.

COMPETÊNCIAS

Compreender, de forma crítica e reflexiva, a hermenêutica e os métodos interpretativos do conteúdo da disciplina, considerando suas variadas opiniões doutrinárias, jurisprudenciais, legais e regulamentares, a partir de suas dimensões teórica e prática, com ênfase na resolução de problemas.

HABILIDADES

- Articular teoria e prática na resolução de problemas a serem enfrentados na realidade profissional, privilegiando a cultura do diálogo e os meios consensuais de conflitos, especialmente aqueles existentes nas instâncias administrativas;
- Valorizar a articulação de saberes por meio do estudo interdisciplinar, com ênfase no direito constitucional, direito tributário, direito do Estado, políticas públicas e transformações sociais;
- Desenvolver a capacidade de liderança e trabalho em grupo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados dentro da metodologia e estratégias da disciplina;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica e saber utilizá-las com eficiência, tais como os canais de transparência pública, portais de

licitações e portais de controle externo, tais como o “Tome Conta” do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

- Estimular a postura reflexiva e a visão crítica para um processo de aprendizagem autônomo e dinâmico;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 Definição 1.2 Direito Administrativo no Brasil: origem e características gerais 1.3 Relações com Outros Ramos do Direito e Ciências Afins 1.4 Fontes do Direito Administrativo 1.5 Papel do Direito Administrativo no Intervencionismo Estatal

UNIDADE II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 Elementos Constitutivos do Estado 2.2 Critérios Distintivos entre Governo e Administração Pública 2.3 Administração Pública na Ordem Jurídico-Constitucional (Princípios Constitucionais Administrativos)

UNIDADE III – PODERES ADMINISTRATIVOS

3.1 Uso e Abuso do Poder 3.2 Poder Vinculado 3.3 Poder Discricionário 3.4 Poder Hierárquico 3.5 Poder Disciplinar 3.6 Poder Normativo (Regulamentar) 3.7 Poder de Polícia

UNIDADE IV – SISTEMA ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

4.1 Princípios Fundamentais da Administração Pública Federal 4.2 Administração Direta 4.3 Administração Indireta 4.4 Reforma Administrativa e Terceiro Setor. 4.5 Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 4.6 Agências Executivas e Agências Reguladoras.

UNIDADE V - ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Definição e Requisitos do Ato Administrativo 5.2 Atos e Procedimento Administrativo 5.3 Atributos do Ato Administrativo 5.4 Classificação dos Atos Administrativos 5.5 Atos Administrativos em Espécie 5.6 Extinção dos Atos Administrativos

UNIDADE VI – SERVIÇOS PÚBLICOS

6.1 Definição 6.2 Princípios Inerentes aos Serviços Públicos 6.3 Classificação

UNIDADE VII – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

7.1 Introdução 7.2 Definição e Espécies de Controle 7.3 Controle realizado pela Administração 7.4 Controle realizado pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas 7.5 Controle realizado pelo Poder Judiciário

METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS

As aulas serão dinâmicas, pretendendo estimular a capacidade do estudante de interpretação e compreensão do conteúdo da disciplina, estimulando sempre a integração entre teoria e prática com enfoque na resolução de problemas.

A disciplina será ministrada com base no ensino colaborativo, em que os docentes e discentes participarão na construção dos saberes, especialmente por meio de metodologias ativas e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação -TDIC's, tais como: sala de aula invertida, seminários, atividades de extensão, tempestade de ideias, aprendizagem baseada em problemas, gamificação e outros.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A metodologia da avaliação será diagnóstica, formativa e somativa durante todo o processo de aprendizagem, destinando-se à formação crítica e autônoma do estudante ao ensino, à pesquisa e à extensão nas atividades da disciplina. Dentro desta perspectiva, será realizada avaliação diagnóstica no início do semestre, objetivando avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como sua capacidade de articulação de saberes. As avaliações formativas ocorrerão ao longo do semestre, por meio das atividades colaborativas, seguidas de uma avaliação somativa ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA

Básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 36ª Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2018.

Complementar

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FRANÇA, Phillip Gil. Controle da administração pública : combate à corrupção, discricionabilidade administrativa e regulação econômica. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva, 2016.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. - 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

VITTA, Heraldo Garcia. Linhas gerais da revogação do ato administrativo. In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).